

**Gestão 2016-2018**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça *Sérgio Luiz Morelli*  
Procurador de Justiça *Mauri Valentim Ricciotti*  
Procurador de Justiça *Hudson Shiguer Kinashi*  
Procurador de Justiça *Olavo Monteiro Mascarenhas*  
Procuradora de Justiça *Irma Vieira de Santana e Anzoategui*  
Procuradora de Justiça *Nilza Gomes da Silva*  
Procurador de Justiça *Silvio Cesar Maluf*  
Procurador de Justiça *Antonio Siufi Neto*  
Procurador de Justiça *Evaldo Borges Rodrigues da Costa*  
Procuradora de Justiça *Marigô Regina Bittar Bezerra*  
Procurador de Justiça *Belmires Soles Ribeiro*  
Procurador de Justiça *Humberto de Matos Brittes*  
Procurador de Justiça *Miguel Vieira da Silva*  
Procurador de Justiça *João Albino Cardoso Filho*  
Procuradora de Justiça *Lucienne Reis D'Ávila*  
Procuradora de Justiça *Ariadne de Fátima Cantú da Silva*  
Procurador de Justiça *Francisco Neves Júnior*  
Procurador de Justiça *Edgar Roberto Lemos de Miranda*

Procurador de Justiça *Marcos Antonio Martins Sottoriva*  
Procuradora de Justiça *Esther Sousa de Oliveira*  
Procurador de Justiça *Aroldo José de Lima*  
Procurador de Justiça *Adhemar Mombrum de Carvalho Neto*  
Procurador de Justiça *Gerardo Eriberto de Moraes*  
Procurador de Justiça *Luis Alberto Safrader*  
Procuradora de Justiça *Sara Francisco Silva*  
Procuradora de Justiça *Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya*  
Procuradora de Justiça *Mara Cristiane Crisóstomo Bravo*  
Procurador de Justiça *Helton Fonseca Bernardes*  
Procurador de Justiça *Gilberto Robalinho da Silva*  
Procurador de Justiça *Paulo Cezar dos Passos*  
Procuradora de Justiça *Jaceguara Dantas da Silva*  
Procurador de Justiça *Rodrigo Jacobina Stephanini*  
Procurador de Justiça *Silasneiton Gonçalves*  
Procurador de Justiça *Sérgio Fernando Raimundo Harfouche*  
Procurador de Justiça *Alexandre Lima Raslan*

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdc@mpms.mp.br](mailto:caopjdc@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 759/2018-PGJ, DE 23.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 4340/2017-PGJ, de 14.12.2017, publicada no DOMP nº 1646, de 18.12.2017, na parte que estabeleceu a Escala de Plantão dos Procuradores de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, referente ao 1º semestre de 2018:

onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.:98478-2122
5 (18h01min) a 12.3.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
9 (18h01min) a 16.4.2018 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
23.4 (18h01min) a 2.5.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
18 (18h01min) a 25.6.2018 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva

passa a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORES DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.:98478-2122
5 (18h01min) a 12.3.2018 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
9 (18h01min) a 16.4.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda
23.4 (18h01min) a 2.5.2018 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva
18 (18h01min) a 25.6.2018 (7h59min)	Edgar Roberto Lemos de Miranda

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 752/2018-PGJ, DE 22.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Aquidauana, Antenor Ferreira de Rezende Neto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no período de 26.2 a 28.3.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 757/2018-PGJ, DE 23.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 68º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.3.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 758/2018-PGJ, DE 23.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 22.2.2018, as férias do Promotor de Justiça Moisés Casarotto, concedidas por meio da Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, alterada pela Portaria nº 157/2018-PGJ, de 16.1.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 761/2018-PGJ, DE 23.2.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 26.2.2018, a Portaria nº 1570/2017-PGJ, de 12.5.2017, que designou o Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes para responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**ESCOLA SUPERIOR****EDITAL Nº 016/2018/SP/PP**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das PROMOTORIAS DE JUSTIÇA da Comarca de Ponta Porã, nos termos da Resolução n.015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário de Justiça n.2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar n.72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar n.133, de 15 de abril de 2009, declara a DECADÊNCIA do direito de ser empossada a candidata DENIZE RODRIGUES DOS SANTOS, aprovada em 10º lugar no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Direito, uma vez que tal candidata não apresentou a documentação necessária ao credenciamento no prazo indicado no Edital de Convocação n.015/2018/SP/PP, publicado no DOMP-MS n.1663, de 29 de janeiro de 2018. Com isso, torna público, para amplo conhecimento, a CONVOCAÇÃO da candidata JESSICA

MARTINS BRITES - aprovada em 11º lugar, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento, referente ao PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTAGIÁRIOS - DIREITO, objeto do Edital nº 001/2016 – Ponta Porã, homologado por meio do Aviso nº 007/CEAF - 2017, de 22 de fevereiro de 2017, publicado no DOMP-MS nº 1455, de 24 de fevereiro de 2017. Informa-se aos candidatos convocados, a relação de documentos a serem entregues na Promotoria de Justiça de Ponta Porã, no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidão de inexistência de antecedentes criminais;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 52 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal de não acumulação de exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada.

Ponta Porã/MS, 21 de fevereiro de 2018.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça - Supervisão

#### **EDITAL Nº 012/PJPBA/2018**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de PARANAÍBA, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994 e do Edital nº 005/2016 – PARANAÍBA -MS, CONVOCA os candidatos aprovados BIANCA LACERDA SOUZA e RENATA DE PAULA ZAQUEO, para apresentação dos documentos (art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Paranaíba, 23 de fevereiro de 2018.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO  
2º Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 033/2018/PJ TRÊS LAGOAS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio das Promotorias de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010, publicada no Diário da Justiça nº 2247, de 30 de julho de 2010, e das disposições dos arts. 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, modificados pela Lei Complementar nº 133, de 15 de abril de 2009, declara a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** do direito de ser empossada da candidata Karoline Mirelly Santana Caldas, aprovada em 15º lugar do período matutino, no referido Processo de Seleção, referente ao curso de Direito, uma vez que tal candidata solicitou a Transposição Para Final de Classificação nos termos do Edital nº 001/2016/PJ Três Lagoas. Com isso, torna público a **CONVOCAÇÃO** da candidata LARISSA ROQUE DE ALMEIDA, aprovada em 19º lugar do período matutino, no Processo Seletivo Simplificado de Estagiários do Curso de Nível Superior em Direito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, da comarca Três Lagoas, objeto do Edital nº 001/2016/PJ Três Lagoas, de 12 de julho de 2016, publicado no DOMP-MS nº 1320, de 15 de julho de 2016 para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação oficial deste, na sede da Promotoria de Justiça de Três Lagoas.

Três Lagoas/MS, 22 de fevereiro de 2018.

JUI BUENO NOGUEIRA  
Promotor de Justiça

Art. 31, §1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.  
**DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO**

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal de não cumulação do exercício de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitada em todos os campos e assinada.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 67/PGJ/2016.**

Processo: PGJ/10/2887/2016

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, representado pela sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, Nilza Gomes da Silva;

2- PRECISÃO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, representada por Lincoln de Andrade Pizzatto, e por Napoleão Teodoro de Souza.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 67/PGJ/2016, cujo objeto é a execução de obra de construção das Promotorias de Justiça da Comarca de Corumbá/MS.

Amparo Legal: artigo 78, inciso V, e do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2018.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000716 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0623/2018.**

Credor: COMERCIAL K & D LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 35/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de apoio ergonômico para os pés, confeccionado em madeira ou plástico resistente (ABS), pés antiderrapantes. Medidas aproximadas 40 cm x 25 cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Masticmol, (item 1) e apoio para mouse, em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 22cm de largura x 26cm de comprimento (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), com base em borracha antiderrapante, composição: tecido sintético cor preta, elastômero e gelatina de silicone; embalado em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Fortrek, (item 2).

Valor: R\$8.510,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000716 de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000717 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0624/2018.**

Credor: HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 35/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de *pen drive* - 16 GB: Dispositivo de armazenamento tipo chaveiro, *Memory Key* com capacidade de armazenamento de 16 GB, LED indicador de funcionamento e uso, compatível com PC e MAC, compatível com Plug & Play, embalado. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Kingston, Sony, Sandisk ou Markvision. Marca: Sandisk (item 25), toner para impressora Kyocera FS-C8500, código TK 882 A, cor amarelo, rendimento médio: 18.000 páginas. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação. Marca: Kyocera (item 32) e toner para impressora Kyocera FS-C8500, TK 882 M, cor magenta, rendimento médio: 18.000 páginas. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: Kyocera ou equivalente técnico com comprovação. Marca: Kyocera (item 35).

Valor: R\$14.700,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000717 de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000710 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0577/2018.**

Credor: COMERCIAL VIA OESTE UTILIDADES – EIRELLI.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 34/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de barbante, 100% algodão cru, nº 08, com fio trançado, rolo com no mínimo 250 gramas. Marca: Jaf Textil (item 7).

Valor: R\$139,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000710, de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000708 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0611/2018.**

Credor: LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS – ME.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 34/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de caderno brochura, capa em papelão (capa dura), folhas internas de papel branco, formato de aproximadamente 14,8cm x 21cm (admitindo-se variação de 2cm para mais ou para menos), com no mínimo, 96 folhas. Marcas de referência: São Domingos, Tilibra e Foroni. Marca: Tilibra (item 10), caneta marca texto fluorescente, cor amarelo, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Helios Carbex, Faber Castell e Maxprint. Marca: Maxprint (item 16), caneta marca texto fluorescente, cor laranja, ponta chanfrada para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Helios Carbex, Faber Castell e Maxprint. Marca: Maxprint (item 18), caneta marca texto fluorescente, cor rosa, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Marcas de referência: Acrilex, Bic, Helios Carbex, Faber Castell e Maxprint. Marca: Maxprint (item 19), cliques de aço niquelado, tamanho nº 1/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi. Marca: Bacchi (item 28), cliques de aço niquelado, tamanho nº 2/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi. Marca: Bacchi (item 29), cliques de aço niquelado, tamanho nº 4/0, fabricado com arame de aço niquelado com tratamento antiferrugem, embalagem com 500g. Marcas de referência: ACC, Chaparrau e Bacchi. Marca: Bacchi (item 30) e crachá de plástico transparente, com cordão de silicone transparente flexível soldado. Medidas aproximadas do crachá: 14cm de altura x 8,5 cm de largura (admitindo-se variação de 2 cm para mais ou para menos). Marca: ACP (item 38).

Valor: R\$2.723,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000708, de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000709 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0612/2018.**

Credor: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 24/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 04/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de papel sintético (capa para processo), cor azul na parte externa (azul 280 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 2), papel sintético (capa para processo), cor laranja médio na parte externa (laranja médio permanente 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 6), papel sintético (capa para processo), cor marrom na parte externa (marrom madeira 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 7), papel sintético (capa para processo), cor ouro na parte externa (ouro rico 80%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,5cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 8), papel sintético (capa para processo), cor rosa na parte externa (magenta rosado 40%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 11), papel sintético (capa para processo), cor verde água na parte externa (verde azulado 20%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,0cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 13) e papel sintético (capa para processo), cor preta na parte externa (preta 100%) e cor branca na parte interna, resistente ao rasgo, impermeável, medindo 33 x 49 cm, gramatura entre 200 g/m² e 230 g/m², vincado ao meio, com furo universal na parte frontal distante 2,5cm do vinco - pacote com 500 folhas. Marca: EBR (item 15).

Valor: R\$48.180,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000709, de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000707 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0596/2018.**

Credor: COMERCIAL K & D LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 48/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 17/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente 20cm de comprimento x 9,0cm de altura x 5,0cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), cor preta. Marcas de referência: Maxprint, Cis, Tilibra Maped e Rapid. Marca: Cis (item 11), grampo 26/6, fabricado com arame de aço cobreado, tratamento antiferrugem, caixa com 5.000 unidades. Marcas de referência: ACC, Adeck, Rapid e Bacchi. Marca: Bacchi (item 14), Grampo trilho, niquelado, pontas arredondadas, para encadernação, 80mm, caixa com 50 unidades. Marcas de referência: ACC, Bacchi, Clips New e Dello. Marca: Bacchi (item 15), pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho escritório, lombo estreito, medindo 34cm de altura x 28,0cm largura x 6,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Framma, Eagle e Dello. Marca: Framma (item 17), pasta AZ, capa em papelão plastificado, cor tigrada ou preta, tamanho escritório, lombo largo, medindo 34,5cm de altura x 28,0cm largura x 8,0cm espessura da lombada (admitindo-se 1cm para mais ou para menos), com 2 argolas fixas de metal na contracapa, identificador em material plástico na lateral externa. Marcas de referência: Framma, Eagle e Dello. Marca: Framma (item 18), pasta em papelão, plastificada externamente, com 3 abas internas e elástico nas extremidades, medindo aproximadamente 34x23cm (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), na cor vermelha. Marcas de referência: Dello, Polycart e Marcari. Marca: Polycart (item 20), porta cliques, em acrílico, redondo ou quadrado, com imã na tampa, medindo no mínimo 7 cm de altura, diâmetro aproximado de 4,5 cm. Marca: Waleu (item 32), porta lápis, canetas, cliques e lembretes, confeccionado em material acrílico, cor cristal ou fumê. Marcas de referência: Waleu, Acrilex e Acrinil. Marca: Waleu (item 33), régua confeccionada em material plástico liso transparente, medindo 30 cm, detalhada em centímetros e milímetros. Marcas de referência: Waleu, Molin, Acrimet, Dello e Tilibra. Marca: Waleu (item 37) e tesoura com ponta, em liga de aço inoxidável, corte afiado, cabo termoplástico de alta resistência, medindo aproximadamente 21cm, Marcas de referência: Adeck, Tramontina e Mundial. Marca: Adeck (item 38).

Valor: R\$12.514,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000707 de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000711 DE 21.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0597/2018.**

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Costa, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Serviço de impressão de cartão de visita, papel couchê fosco, 300 g/m², formato 5x9cm, 4/4 cores, laminação BOPP fosco frente e verso, verniz localizado somente frente. Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 31).

Valor: R\$140,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000711, de 21.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000761 DE 22.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0626/2018.**

Credor: RC INSUMOS COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA RECARGAS DE CARTUCHOS EIRELI – EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 35/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de toner para impressora HP Laser Jet P2055DN, preto, rendimento médio: 6.500 páginas, código CE505X. Validade mínima de 6 (seis) meses. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca de referência: HP ou equivalente técnico com comprovação. Marca: Inkompamy (item 31).

Valor: R\$3.500,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000761 de 22.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.



**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000762 DE 22.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0628/2018.**

Credor: RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 35/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 10/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de apoio para teclado, em gel, formato ergonômico, medindo aproximadamente 50cm de comprimento x 10cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), tecido na cor preta, com base aderente, composição: elastômero, tecido e gelatina de silicone; embalagem em material plástico transparente. Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Mousetex (item 3), mouse óptico USB, 800DPI de resolução, com Plug & Play, 2 botões, botão de rolagento (scroll), cor preta. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: HP, Microsoft e Logitech. Marca: Logitech (item 24), suporte compacto para monitor, fabricado em polipropileno ou material plástico resistente, para utilização em monitores CRT (tubo) de até 19 (dezenove) polegadas e para monitores LCD de até 23 (vinte e três) polegadas, cor preta, sistema antideslizamento na base, medidas aproximadas: 12 cm x 26 cm (A x D, admitindo-se 2cm para mais ou para menos). Garantia mínima de 6 (seis) meses contra defeitos de fabricação. Marca: Maxprint (item 28) e teclado USB, padrão ABNT, com 106 teclas no mínimo, padrão de conexão USB, cor preta, inscrições das teclas gravadas a laser. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de Referência: HP, Microsoft e Logitech. Marca: Logitech (item 29).

Valor: R\$18.015,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000762 de 22.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000763 DE 22.02.2018 DO PROCESSO PGJ/10/0627/2018.**

Credor: COMERCIAL T & C LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: Nilza Gomes da Silva, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 25/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 07/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de copo descartável, confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida (poliestireno atóxico), capacidade mínima de 180ml, embalagem com 100 unidades. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, material de poliestireno atóxico. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca ou identificação do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Deverá atender as condições gerais da NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Marca: Minasplast (item 5).

Valor: R\$2.220,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000763 de 22.02.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 4/2018**

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultura da Comarca de Campo Grande, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232, Bairro Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº: 06.2018.0000625-3

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande-MS.

Objeto: Apurar a legalidade da atuação do município de Campo Grande que, supostamente com base na Lei Municipal Complementar n. 79/2005, estaria impondo aos munícipes a limitação na liberalidade mediante a proibição de fornecer alimentos ou qualquer outra ajuda que venha amparar animais domésticos (cães e gatos), vitimados pela situação de abandono.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

**EDITAL Nº 0003/2018/3IPJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2017.00000908-0

Requerente: Evaldo Marques Rabelo

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Pregão Presencial de âmbito internacional nº 005/2016 - SAD para a aquisição de veículos para o Corpo de Bombeiros consistente no possível direcionamento de empresa.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0004/2018/3IPJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2016.00001355-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa decorrente da ausência de previsão nos convênios quanto à fiscalização do Sebrae/MS.

Campo Grande/MS, 22 de fevereiro de 2018.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0021/2018/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, que se encontra à disposição na avenida Ricardo Brandão, 232, Itanhangá Park, em Campo Grande-MS, Cep.: 79003-027, telefone: (67) 3317-4067.

Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004195-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Federação de Polo Equestre de Mato Grosso de Sul- FPMS

Objeto(s): Fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00001103-7

Campo Grande, 22 de fevereiro de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA  
Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0001/2018/49PJ/CGR**

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000620-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 – Itanhangá Park. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000620-9.

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): A apurar

Assunto: Apurar denúncia anônima acerca de irregularidades praticadas, em tese, pelos administradores da Instituição Sul-Mato-Grossense para Cegos - ISMAC.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2018.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**RECOMENDAÇÃO Nº 01.2018.00001855-0 SAJ-MP**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Bela Vista-MS Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

Considerando que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público, por designação constitucional, proteger o patrimônio público e social, adotando as medidas legais cabíveis para tanto, bem como fiscalizar a correta aplicação da lei, na forma dos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade constitucional do concurso público é uma das regras mais importantes e conhecidas da nossa Constituição, pois por meio dela se concretiza o ideal do regime democrático, ou seja, o de dar oportunidades iguais a todos os indivíduos que desejam ingressar no serviço público, além de ser importante instrumento para seleção dos mais capacitados para o exercício da função pública;

CONSIDERANDO estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa “implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”<sup>1</sup>;

CONSIDERANDO que a regra constitucional do concurso público (artigo 37, inciso II, da CRFB/1988) é pautada pelos princípios da igualdade (“pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos”), moralidade administrativa (“indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos”) e competição (“que significa que os candidatos participam de um certame, procurando alcançar-se a classificação que os coloque em condições de ingressar no serviço público”)<sup>2</sup>;

CONSIDERANDO que, conforme lição do jurista Hely Lopes Meirelles (2004, p. 403), “O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF. Pelo concurso afastam-se, pois, os ineptos e os apariguados que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e a falta de escrúpulos de políticos que alçam e se matem ou poder leiloando cargos e empregos públicos”

CONSIDERANDO que aportaram nesta Promotoria de Justiça diversas denúncias referentes à lisura do processo seletivo 002/2018, da Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS, para contratação de professores temporários para o ano letivo de 2018, para área urbana, rural, magistério indígena e Centros de Educação infantil;

CONSIDERANDO que o processo seletivo 001/2018 para contratação de professores temporários para o ano de 2018 foi anulado pela Prefeitura Municipal de Bela Vista, tendo em vista que diversos candidatos se utilizaram de documentos falsos para habilitação de títulos junto ao certame em busca de uma melhor classificação, fato este apurado pela Delegacia de Polícia local por meio de inquérito policial sob sigilo;

CONSIDERANDO que após a anulação do primeiro processo seletivo, o Poder Público Municipal abriu um novo processo seletivo para contratação de professores, alterando sobremaneira os critérios objetivos de análise de títulos, favorecendo alguns candidatos e prejudicando outros;

CONSIDERANDO que no primeiro processo seletivo (anulado), na parte de análise de títulos, a experiência profissional tinha valor de pontuação de 3,5 por ano, com pontuação máxima de 35 pontos, sendo que no novo edital do processo seletivo passou a constar 1,2 por ano completo de experiência profissional, chegando ao máximo de 12 pontos.

CONSIDERANDO que no primeiro processo seletivo anulado havia diferenciação de pontuação dentre os cursos de qualificação, com maior pontuação para cursos de qualificação em entidades públicas, sendo que no novo edital passou a ter outro critério de avaliação;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS se valeu da anulação do primeiro processo seletivo, objeto de investigação policial, para mudar as regras de avaliação do novo processo seletivo, com nítido intuito de beneficiar pessoas que não foram classificadas no primeiro processo seletivo, em prejuízo de outros candidatos;

CONSIDERANDO que a existência de tais irregularidades justifica a invalidação do certame, porquanto prejudicada a regularidade da concorrência, devendo ser emitida ordem administrativa de anulação do certame, a fim de

<sup>1</sup> Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

<sup>2</sup> JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014. Pág. 634.

afastar as irregularidades identificadas, visando possibilitar a estrita observância aos princípios basilares da administração pública, mormente no que se refere à transparência e livre concorrência a que faz jus a realização de processos seletivos;

CONSIDERANDO que a teor da súmula n. 473, do Supremo Tribunal Federal, “a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

CONSIDERANDO que o fato constatado importa “na violação da regra de sigilo da pública concorrência, comprometendo sobremaneira a lisura do procedimento administrativo, que deixa de se prestar à escolha dos melhores candidatos em benefício da Administração, malferindo os princípios constitucionais de acessibilidade aos cargos públicos, da impessoalidade e da moralidade” (TJ-MG - AC: 10145095280551001 MG, Relator: Sandra Fonseca, Data de Julgamento: 08/10/2013, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2013).

CONSIDERANDO que tais irregularidades na mudança de critérios de avaliação do segundo processo seletivo podem ter sido implementadas com o fim de beneficiar alguns candidatos, em detrimento dos demais;

CONSIDERANDO que, nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso V, da Lei n. 8429/92, “constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: V. Frustrar a licitude de concurso público”;

CONSIDERANDO que se comprovado que as irregularidades foram praticadas de forma consciente, visando beneficiar uma parcela dos candidatos, conforme noticiado por alguns dos reclamantes, os responsáveis deverão se sujeitar às sanções da Lei de Improbidade Administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de ser reaberto o processo seletivo mantendo-se as regras objetivas de avaliação do primeiro edital, em obediência ao princípio da não surpresa no âmbito da administração pública;

CONSIDERANDO que a efetivação de tal ato após a nomeação e posse dos candidatos, sem dúvidas acarretará transtornos à administração pública e aos indivíduos que participaram do certame;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade RECOMENDAR, ao Prefeito Municipal de Bela Vista-MS – Reinaldo Mirando Benites e a Secretária Municipal de Educação - Jane Mary Garcia Matos Carvalho, que promovam a imediata ANULAÇÃO do processo seletivo 002/2018 para contratação de professores temporários, com a consequente reabertura de novo processo seletivo, devendo, para tanto, manter os critérios objetivos de avaliação do primeiro processo seletivo, conforme edital 001/2018, publicado na edição do Diário Oficial nº 1001, de 12 de janeiro de 2018, notadamente nos critérios de avaliação de títulos e experiência profissional, atentando-se, em todas as fases do certame, para os princípios que regem a administração pública, devendo informar “in continenti” a autoridade policial em caso de apresentação de documentos falsos pelos candidatos que se inscreverem.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, até às 13:30hs do dia 26 de fevereiro de 2018, se será ou não acolhida a presente RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não sendo adotadas as providências recomendadas, serem levadas a efeito as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis, inclusive, por ato de improbidade administrativa.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público, e também, para publicação no DOMP/MS.

Encaminhe cópia à Câmara Municipal de Vereadores para que apure eventual conduta imoral e ilegal do Prefeito Municipal e da Secretária Municipal de Educação.

Encaminhe cópia a autoridade policial para que tome ciência da presente recomendação, tendo em vista a notícia de apresentação de documentos falsos no segundo processo seletivo.

Bela Vista, 23 de fevereiro de 2018.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR  
Promotor de Justiça

## BONITO

**NÚMERO DO MP: 06.2018.00000099-2**

**RECOMENDAÇÃO 0004/2018/01PJ/BTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “caput” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “caput”, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Procedimento Preparatório 06.2018.00000099-2 para apurar a falta de previsão de diária fracionada aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Bonito, para situações em que há deslocamento do agente público, porém não há hospedagem;

CONSIDERANDO que no bojo do procedimento, em atenta análise à Lei Municipal 1.311 de 10 de dezembro de 2013, que “dispõe sobre a concessão de diárias aos Vereadores e servidores da Câmara Municipal de Bonito-MS, e dá outras providências” notou-se que a diária ali prevista tem como finalidade ressarcir os gastos com hospedagem, alimentação, e locomoção como um todo, isto é, valor integral numa sistemática binária de pagamento/não pagamento, havendo variações apenas de acordo com a distância do deslocamento;

CONSIDERANDO que é natural a existência de situações em que o recebedor de diárias apenas se desloca da sede do órgão, porém sem que haja necessidade de hospedagem (pernoite); ou mesmo outras situações em que o agente público executou serviços para o órgão por 02 (dois) dias fora da sede, porém hospedou-se apenas 01 (uma) noite;

CONSIDERANDO que, em tais situações, a Lei Municipal de Bonito 1.311/2013, ao não prever o fracionamento de diárias ou valor proporcionalmente inferior pela ausência de hospedagem, acaba por autorizar que o pagamento seja feito sempre pelo valor integral da diária, custeando muitas vezes uma hospedagem que não ocorreu;

CONSIDERANDO que tal situação pode eventualmente configurar enriquecimento sem causa (artigo 884 do Código Civil<sup>3</sup>);

<sup>3</sup> Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

CONSIDERANDO que a previsão de fracionamento ou abatimento proporcional do valor da diária em decorrência da ausência de hospedagem é algo moral e comum e em atos normativos semelhantes, sendo exemplo o Decreto Estadual do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul n 13.329 de 2011 que "dispõe sobre o pagamento de diárias para pagamento de despesas com hospedagens e alimentação em viagens, dos recursos humanos do Poder Executivo do Estado do Mato Grosso do Sul", e, em seu artigo 13, parágrafo primeiro prevê o fracionamento de diárias no caso de não hospedagem<sup>4</sup>, além do o Decreto do Governo Federal 5.992/2006, que "Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências." em seu artigo 2º, parágrafo 1º, inciso I<sup>5</sup>;

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR, à Presidente da Câmara Municipal de Bonito/MS que:

Promova a alteração da Lei 1.311 de 10 de dezembro de 2013 que dispõe sobre a concessão de diárias aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Bonito, passando a prever não apenas a variação de valor pela distância da sede do órgão ao local onde se executarão os serviços, mas também pela ocorrência ou não de hospedagem/pernoite;

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- A) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social;
- B) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP;
- C) ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul;

Determino seja encaminhado cópia da presente à Presidente da Câmara Municipal, constando do ofício o prazo de 20 dias para resposta acerca do acatamento da presente recomendação requisitando, desde já, em caso positivo, que encaminhe documentos que demonstrem tal desiderato.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Bonito, 22 de fevereiro de 2018

JOÃO MENECHINI GIRELLI  
Promotor de Justiça

---

<sup>4</sup> Artigo 13.

§ 1º O valor da diária de natureza estadual sofrerá desconto, nas seguintes situações:

I - de cinquenta por cento, quando o beneficiário pagar as despesas de alimentação e não houver despesa de hospedagem;

<sup>5</sup> Art. 2º As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o servidor por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º O servidor fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos dentro do território nacional:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

---

**RIO BRILHANTE**

---

**EDITAL N. 016/2018**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00000586-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brilhante/MS

Assunto: Acompanhar as providências a ser tomadas pelo Município de Rio Brilhante/MS quanto ao cumprimento das cláusulas resolutivas de doação de terrenos às empresas no Parque Industrial desta urbe, bem como a regularização dos mesmos junto ao Cartório Extrajudicial de Registro de Imóveis

Rio Brilhante – MS, 22 de fevereiro de 2018

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0003/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000246-8

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Daiane de Souza Santana

Requerido : Município de Deodápolis, Marcimone Borges de Souza

Assunto : apurar eventual irregularidade na realização de despesa pública pelo Município de Deodápolis decorrente da participação complementar de serviços privados de saúde (Migração do sistema CIC para o SAJMP - IC nº 03/2016)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0004/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000250-2

Requerente : Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Paulo Roberto de Oliveira Paz

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pelo vereador Paulo Roberto de Oliveira Paz, noticiada na Manifestação n. 11.2015.00000445-3, enviada pela Ouvidoria do MP/MS (migração do sistema CIC para o SAJMP - IC nº 04.2016)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça



**EDITAL Nº 0005/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000263-5

Requerente : Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis, Maria das Dores de Oliveira Viana Assunto : "apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pela Prefeita Municipal, MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA VIANA, em razão da nomeação, para cargos em comissão, de parentes de servidores investidos em cargos de direção, chefia ou assessoramento, também no Poder Executivo Municipal, conforme Manifestação n. 11.2015.0000841-6, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul" - Migração do sistema CIC para o sistema SAJMP - IC nº 25/2015

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0006/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000264-6

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Luciene de Oliveira, Maria Dalva Pardini

Requerido : Copasul Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense

Assunto : Apurar poluição ambiental por lançamento de resíduos/partículas na atmosfera - Migração do sistema CIC para o sistema SAJMP - IC nº 10/2012

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0007/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000279-0

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Conselho Estadual de Transito- CETRAN-MS

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar a integração do Município de Deodápolis ao Sistema Nacional de Trânsito, passando a cumprir os deveres que lhes são impostos, em como averiguar a regularização das vagas de estacionamento em vias e espaços públicos, nos termos da Lei 12.587/2012. - Migração do Sistema CIC para o Sistema SAJMP - IC nº 03/2015

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0008/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000285-7

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Denis Soares de Azevedo

Assunto : apurar suposta irregularidade no exercício de cargo em comissão ocupado pelo servidor DENIS SOARES DE AZEVEDO, conforme manifestação n. 11.2016.0000910-4, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. (Migração do sistema CIC para SAJMP - IC n. 27/2015)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0009/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000294-6

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : José Manoel Rosa

Assunto : Apurar desproporcionalidade de valores movimentados em conta bancária com a renda do vereador José Manoel Rosa. (Migração sistema CIC para SAJMP - IC n. 5/2013)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0010/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000295-7

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Pilão Amidos Ltda

Assunto : Apurar eventuais danos ambientais causados pela empresa PILÃO AMIDOS LTDA. - Migração do sistema CIC para o sistema SAJMP - IC nº 08/2013

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000314-5

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : Averiguar o atendimento dos requisitos mínimos para o adequado funcionamento da atenção básica (Portaria GM/MS nº 2.488/11), nas unidades básicas de saúde do Município de Deodápolis. (Migração sistema CIC para SAJMP - IC n. 12/2013)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000349-0

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Sergio Martins de Souza Queiroz

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : Apurar representação de indícios de descumprimento pelo município de Deodápolis do dever de implemento de sistema de descarte de esgoto adequado - Migração do sistema CIC para o sistema SAJ/MP - IC nº 06/2014

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0013/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000356-7

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Sindicato dos

Servidores Públicos Municipais de Deodápolis-ms - Sinsemd

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar eventuais irregularidades na folha de pagamento dos servidores públicos municipais, a saber: I - servidores percebendo remuneração abaixo do mínimo legal; II - majoração dos subsídios de agentes públicos, sem respeito ao princípio da anterioridade; III - folha de pagamento de servidores nomeados, ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, maior que a dos servidores efetivos (Migração do sistema CIC para o sistema SAJ/MP - IC nº 09/2014)

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0014/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000411-1

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, José Milton Rodrigues dos Santos

Requerido : Usina Eldorado S.A.

Assunto : Apurar possível poluição ambiental causado pela queima irregular de cana-de-açúcar na Fazenda Orlando Motta, atualmente arrendada à Usina ETH - Migração do sistema CIC para o sistema SAJMP - IC nº 11/2014

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0015/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000445-5

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ouvidoria do

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Maria Eunice do Nascimento Calado

Assunto : Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa, em razão da concessão irregular de licença-médica a Sra. Maria Eunice do Nascimento Calado, professora da rede municipal de ensino (IC nº 08/2015 - Migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP).

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0016/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000286-8

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : Apurar possível irregularidade no cumprimento da carga horária dos Médicos, Enfermeiros e Farmacêuticos, lotados no Hospital Municipal Cristo Rei e nos Postos de Saúde da Família - PSF desta cidade - Migração do sistema CIC para o sistema SAJ/MP - IC nº 19/2012

Deodápolis/MS, 15 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0018/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000449-9

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar ato de improbidade administrativa, em razão da eventual falta de procedimento licitatório para a contratação, pelo poder público municipal, da empresa responsável pela coleta de lixo hospitalar local (IC nº 12/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP)

Deodápolis/MS, 20 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0019/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000453-3

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis, lava rapido top car, Luiz Queiroz Neto,  
Sergio Luiz Soares Marra, Talita Hiralda Palmeira

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão do pagamento irregular de diárias, pelo Poder Executivo Municipal, à empresa Lava Rápido Top Car e as pessoas Luiz Queiroz Neto, Sergio Luiz Soares Marra e Talita Hiralda Palmeira (IC nº 14/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP)

Deodápolis/MS, 20 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0020/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000457-7

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ouvidoria do

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Karenn Ramsdorf Leonardo da Silva

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelos Vereadores da Câmara Municipal de Deodápolis, decorrente de supostas irregularidades no cumprimento do dever de comparecimento às sessões, nas sessões legislativas de 2013 e 2014, conforme manifestação n. 11.2016.0000446-4, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do estado de Mato grosso do Sul (IC nº 21/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP)

Deodápolis/MS, 20 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000458-8

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ouvidoria do

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Karenn Ramsdorf Leonardo da Silva

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Deodápolis, conforme teor da manifestação n. 11.2015.00000446-4 (termos aditivos irregulares), enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. (IC 22/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP).

Deodápolis/MS, 20 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0022/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000452-2

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar ato de improbidade administrativa, em razão da eventual contratação, pelo poder público municipal, de médicos, sem a realização de concurso público, bem como em razão de médicos não efetivos estarem prestando serviços ao município sem qualquer vínculo documentalmente comprovado (IC nº 13/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJ/MP).

Deodápolis/MS, 20 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0023/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000459-9

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Hermínia

Olinda de Souza, Silas Villa Torres

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais na gestão dos túmulos do cemitério municipal de Deodápolis. (IC 06/2016 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0024/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000465-5

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério Público de Contas de MS

Requerido : Expedito Ponciano da Silva, Luiz Gomes de Sousa, Vera Lúcia Garcia

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa supostamente praticado durante a gestão do ex-Presidente da Câmara de Vereadores do município de Deodápolis, Expedito Ponciano da Silva, conforme teor do Ofício n. 01/12/TMV/MPC/TC/MS e cópias dos autos TC/MS nº 36624/2011 (IC nº 23/2015 - migrado do sistema CIC para o sistema SAJMP)

Deodápolis/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0025/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000468-8

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Cleonice Omito

Requerido : Ana Lucia Alves de Souza

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela funcionária pública municipal Ana Lúcia Alves de Souza, decorrente da possível acumulação irregular de cargo público e emprego privado, com incompatibilidade de horários. (IC n. 05/2016 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0026/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000482-2

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Paulo Roberto de Oliveira Paz

Requerido : Município de Deodápolis, Maria das Dores de Oliveira Viana - exPrefeita Municipal

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, pela Prefeita Municipal de Deodápolis, em razão de supostas irregularidades no Relatório de Gestão Fiscal referente ao ano de 2013 (conforme representação protocolada sob o nº 265/2015, nesta Promotoria de Justiça). (IC n. 28/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 21 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE  
Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0027/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000483-3

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ouvidoria do

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Karenn Ramsdorf Leonardo da Silva

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa supostamente praticado pela Presidenta da Câmara de Vereadores do município de Deodápolis, conforme teor da manifestação n. 11.2015.00000446-4 (pagamento indevido de diárias), enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. (IC n. 20/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 22 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0028/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000527-6

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Paulo Roberto de Oliveira Paz

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão da inserção deliberada de informações do Relatório de Gestão Fiscal do Município, bem como em razão da extrapolação do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, exercício 2014. (IC n. 10/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP).

Deodápolis/MS, 22 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0029/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000528-7

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Milton Alves de Souza, Wirley Candido de Souza

Requerido : Município de Deodápolis

Assunto : Apurar possível violação do direito social à educação, inerentes às crianças e adolescentes residentes na estrada vicinal nominada 14ª Linha, Nascente, consistente na privação destas do adequado acesso ao transporte escolar, em razão da falta de manutenção da mencionada estrada, bem como em razão da falta de manutenção da ponte sobre o córrego Eretã. (IC n. 04/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 22 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça



**EDITAL Nº 0030/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000529-8

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ministério

Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Manoel José Martins

Assunto : Apurar eventual ato de improbidade administrativa na realização de despesas com aquisição de combustíveis, óleos lubrificantes e afins, durante a gestão do ex-prefeito municipal MANOEL JOSÉ MARTINS, conforme teor do Ofício n. 05/13/TMV/MPC/TC/MS e cópias dos documentos dos autos TC/MS nº 61238/2011. (IC n. 24/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 22 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0031/2018/PJ/DPS**

A Promotora de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00000530-0

Requerente : Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Ouvidoria do

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido : Paulo Roberto de Oliveira Paz

Assunto : apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelo Vereador Paulo Roberto de Oliveira Paz, noticiada na manifestação n. 11.2015.0000622-9, da Ouvidoria do MPMS. (IC n. 19/2015 - Migração sistema CIC para SAJMP)

Deodápolis/MS, 22 de fevereiro de 2018.

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça

---

**PORTO MURTINHO**

---

**EDITAL Nº 0009/2018/PJ/PTM**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Murtinho/MS, torna pública a conversão do procedimento Notícia de Fato n. 01.2017.00007323-8 em Inquérito Civil 06.2018.00000499-9, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar na Rua 13 de maio, 444, Centro, Edifício do Fórum, em Porto Murtinho.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000499-9

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Porto Murtinho

Requerido: ENERGISA – Mato Grosso do Sul – Distribuidora de Energia S.A.

Assunto: apurar eventual deficiência no serviço prestado pela empresa ENERGISA no município de Porto Murtinho-MS, em prejuízo aos usuários do serviço.

Porto Murtinho/MS, 22/02/2018

ANDREA DE SOUZA REZENDE

Promotora de Justiça